

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.135 - MG (2019/0252410-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : GABRIEL ASSIS DE PAIVA (PRESO)
ADVOGADO : CLEIDIANE MIRANDA DE SOUSA - MG157766
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por GABRIEL ASSIS DE PAIVA contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática dos crimes tipificados no artigo 33, **caput** c/c artigo 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/06.

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o Tribunal a quo pleiteando a revogação da prisão preventiva. O tribunal de origem denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE AUTORIA. VIA IMPRÓPRIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

- Alegações de teor meritório, como a negativa de autoria, requerem aprofundada apreciação de prova e são vedadas através da estreita via do habeas corpus .

- Cabível a prisão preventiva quando satisfeitos os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

- As circunstâncias do delito indicam a gravidade concreta da conduta e, assim, justificam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública" (fl. 219).

Daí o presente recurso em **habeas Corpus**, no qual aduz o recorrente que estaria sofrendo constrangimento ilegal uma vez que não estão

presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Argumenta que o: *"Paciente provará sua inocência, por ser primário e levando em consideração a pequena quantidade de droga apreendida (16,7 gramas), uma eventual pena com a aplicação da causa de diminuição total prevista no § 4º do art. 33 da lei 11.343/06 não ultrapassaria 1 ano e 8 meses, logo, seria substituída por penas restritivas de direito, não justificando uma prisão preventiva. Diante deste cenário não se mostra razoável a manutenção da prisão"* (fl. 236).

Sustenta que: *"dizer ainda que o fato de o Paciente responder a processo de mesma natureza, que por sua vez ainda não tem condenação, não se infere, tout court, periculosidade hábil a justificar a imposição da prisão, sendo perfeitamente possível a aplicação de uma medida alternativa"* (fl. 240).

Pondera que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, caso necessárias.

A liminar foi indeferida às fls. 247-248.

O Ministério Público Federal, às fls. 499-501, manifestou pelo **desprovemento do recurso**, em parecer que restou ementado, **in verbis**:

"PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO AO NARCOTRÁFICO. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA PARA EVITAR REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL POR IDÊNTICO CRIME. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES DO STJ. PARECER POR DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fl. 499).

É o relatório.

Decido.

Requer o Recorrente, em síntese, a revogação da prisão preventiva.

No entanto, a alegação é insuscetível de conhecimento, pois verifica-se que o presente **Recurso em habeas Corpus** consubstancia mera **reiteração de pedido**, uma vez que o tema ora ventilado já foi objeto de análise por este Relator, por ocasião do julgamento do **HC n. 527.140/MG**, em 24/10/2019, ao qual não conheci do Habeas corpus.

Sob tal contexto, torna-se inviável o conhecimento do **Recurso em habeas corpus** no qual se reitera o pleito já analisado em outro processo. Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. MINORANTE DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. QUANTIDADE DE DROGA ALIADA ÀS DEMAIS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. POSSIBILIDADE. REGIME INICIAL FECHADO. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. MODO MAIS GRAVOSO JUSTIFICADO. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. MATÉRIAS JÁ DEBATIDAS NO ÂMBITO DE HABEAS CORPUS. INSURGÊNCIA IMPROVIDA.

1. As arguições de ilegalidade na fixação da dosimetria da pena e no estabelecimento do regime inicial fechado para o cumprimento da sanção já foram analisadas e decididas por este Sodalício em anterior habeas corpus, o que impede a sua apreciação em nova insurgência, por representar reiteração de pedido.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no AgRg no AREsp 1421835/SP, Quinta turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 04/06/2019-grifei.)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, PECULATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA, USO DE DOCUMENTO FALSO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. REITERAÇÃO DE PEDIDO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - Inviável o acolhimento do pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa, na espécie, a ação encontra-se amparada em denúncia apta, revestida de consistentes indícios de autoria e de materialidade da conduta delitiva, sendo que tais pontos já teriam sido, exaustivamente

analisados em interpretações anteriores. Afastar a conclusão das instâncias ordinárias demandaria amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário. II - A inicial acusatória descreveu as condutas imputadas aos recorrentes e aos outros codenunciados, delimitando a atuação de cada um na organização criminosa. Aos recorrentes foram atribuída a conduta de agir "com o objetivo de desviar, para si e para outros particulares, verbas públicas às quais tinham acesso em razão da função pública que exerciam". Maiores incursões acerca do exato papel exercido por cada membro da organização criminosa é matéria reservada para o curso da instrução processual. III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - In casu, as alegações contidas no habeas corpus acerca da alegada ausência de fundamentação do decreto prisional são insuscetíveis de conhecimento, pois verifica-se o presente mandamus consubstancia mera reiteração de pedido, uma vez que o tema ora ventilado já foi objeto de análise por esta eg. Corte Superior, por ocasião do julgamento pela eg. Quinta Turma, do RHC n. 89.890/SP, em 06/02/2018, ao qual, por unanimidade, se negou provimento. Precedentes.

Recurso ordinário desprovido." (RHC 109.716/SP, Quinta Turma, Minha Relatoria, DJe 14/05/2019-grifei.)

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, não conheço do presente **Recurso em habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator